SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/04/2015 - Telesíntese

Anatel prorroga consulta sobre neutralidade da rede para 19 de maio

A agência atendeu aos pedidos de adiamento feitos pelo Sinditelebrasil e Brascom

A Anatel publicou hoje, 28, no Diário Oficial da União, o adiamento da consulta pública sobre a neutralidade da rede, para subsidiar a regulamentação do Marco Civil da internet. As contribuições, que seriam recebidas até o dia 4 de maio, poderão ser enviadas para a agência até o dia 19 de maio.

Conforme a agência, o Sinditelebrasil (que representa as operadoras de telecomunicações) e a Brascom (que representa o segmento de TIC) solicitaram mais prazo, o que foi atendido.

28/04/2015 - Telesíntese

Oferta de ações da telefônica Vivo movimenta R$ 16 bilhões

A captação de recursos foi feita para o pagamento da GVT. Conforme a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a oferta primária de ações ordinárias e preferenciais da Telefônica/Vivo na noite de ontem,27, chegou a R$ 16,07 bilhões, quando foram negociados 121.711.240 ON e 243.086.248 PN.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informou na noite de ontem, 27, que a oferta de ações ordinárias e preferenciais da Telefônica/Vivo, para a compra da GVT, alcançou o montante de R$ 16,107 bilhões.

Foram negociadas 121.711.240 ON, que arrecadou o mantanto de R$ 4,682 bilhões pelo preço de R$ 38,47 cada. E comercializadas 243.086.248 PNs, que arrecadaram R$ 11,425 bilhões, no valor unitário de R$ 47.

A operação foi feita para pagar a compra da GVT à francesa Vivendi e previa a distribuição primária de menos papeis, mas acabaram sendo vendidos lotes extras.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/04/2015 - Instituto Telecom

Banda Larga para Todos pode ser anunciado ainda no primeiro semestre

O ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, declarou nesta terça-feira, 28, que o programa Banda Larga para Todos comporá a relação de projetos de investimentos do governo. "Estamos concluindo os estudos com a Casa Civil e os Ministérios do Planejamento e da Fazenda para anunciar ainda no primeiro semestre", disse. Ele afirmou que depende também do cronograma de lançamento dos projetos, que será definido no Planalto. Inicialmente a ideia era anunciar o programa em maio.

Anatel

Sobre indicações para a Anatel, o ministro disse que já está fazendo consultas à Casa Civil para apresentação de nomes, mas não há nada definido. Desde novembro do ano passado, a agência está funcionando com um diretor a menos e, em novembro, vence o mandato do conselheiro Marcelo Bechara. Bechara já avisou que não busca a recondução e inclusive planeja deixar o cargo antes do fim do mandato, para estudar no exterior, o que deixará o Conselho com apenas três integrantes.

28/04/2015 - RBA

Para Lula, projeto da terceirização é volta a 1930

Ex-presidente abre evento no ABC criticando o projeto que permite terceirização da atividade-fim, o que pode levar à precarização do trabalho no país

Ao abrir, na noite de hoje (28), o simpósio "A atualidade das negociações coletivas à luz das grandes greves do ABC: os desafios existentes na função negocial no Brasil do século XXI", realizado no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou sobre o Projeto de Lei 4.330, da terceirização, aprovado quarta-feira (22), na Câmara dos Deputados, e que agora tramita no Senado.

"É um retrocesso a antes do governo Getúlio Vargas. Estamos voltando a 1930. Eles estão tentando estabelecer uma relação de trabalho com um só vencedor, que é o patrão, e milhões de perdedores. Com essa lei, eles querem voltar a um passado em que a classe trabalhadora era tratada da forma mais perversa possível", disse Lula.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/04/2015 - Vermelho

Igor Fuser: Memórias do racismo na Folha e na Veja

A tragédia dos refugiados africanos que morrem afogados na tentativa de desembarcar clandestinamente na Europa, tantas vezes repetida, expõe em cada ocasião a mal-disfarçada indiferença da mídia brasileira e "ocidental" perante as vidas de pessoas negras e pobres, em comparação com as dos brancos, dos ricos, dos europeus. Ou alguém acha que se os náufragos fossem franceses ou espanhóis o tratamento jornalístico seria o mesmo?

Os recentes episódios me trazem à lembrança o início da minha carreira como jornalista, na editoria de Exterior da Folha de S.Paulo, na década de 1980. Certo dia, perguntei ao meu chefe, Caio Blinder, por que um acidente de trem nos Estados Unidos, com cinco mortos, merecia mais destaque nas nossas páginas do que uma enchente em Bangladesh, com dezenas de milhares de mortos.

A resposta poderia ser incluída no Manual de Redação do jornal, de tão didática. Em tom de brincadeira, Blinder me explicou que vigorava na Folha a seguinte regra: 1 americano morto = 10 mil indianos mortos.

Nas revistas semanais (assim como nas edições domingueiras dos jornais), as reportagens de "comportamento" são, por excelência, o espaço que a imprensa concede às pessoas comuns, ou seja, os simples mortais que passam pela vida sem fazer ou se envolver em algo digno de se tornar notícia.

Esses indivíduos são procurados, em certos casos, como personagens para ilustrar, a título de exemplo, pautas da vida cotidiana, como os preparativos dos jovens para o vestibular, um novo método de ginástica nas academias ou as dificuldades para preencher a declaração do Imposto de Renda. Como regra geral, esses depoimentos são acompanhados de fotos.

Na Veja, onde trabalhei de 1988 a 1997, assim como no suplemento regional da revista em São Paulo, a Vejinha, era proibida a inclusão de personagens negros ou mulatos nesse tipo de matéria. O veto – que jamais apareceu por escrito, mas era do conhecimento de todos, e aplicado com rigor – tinha como base um julgamento "estético".

Quando algum editor, por descuido, incluía a foto de um homem ou mulher de ascendência africana, a página era rejeitada pelo seu superior, com uma ordem inapelável: "Vamos trocar esse personagem. Não queremos gente feia".

Se essa norma racista foi revogada depois, não sei, pois nunca mais li a revista, desde que saí de lá. Uma questão de higiene mental. Mas fica aqui a sugestão para que algum(a) estudante de Jornalismo em busca de uma tema para o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) faça a pesquisa, comprovando ou desmentindo o que eu afirmei. As edições estão disponíveis a todos.

No período em que trabalhei na Veja, como editor de Internacional, uma das minhas tarefas era participar das reuniões de pauta, que aconteciam nas segundas-feiras, às 11 horas. Nesses encontros, com a presença de todos os editores e do grupo de comando de revista (diretor, diretor-adjunto, redator-chefe), não se tomavam decisões. O objetivo era dar elementos para que a direção montasse o primeiro projeto ("espelho") da edição que começava a se preparar.

As conversas fluíam em clima de grande informalidade, e era comum ver os participantes se esmerando em fazer piadas e observações engraçadas diante dos temas expostos pelos editores. O fato de ser uma reunião a portas fechadas, em um grupo restrito, favorecia a expressão de preconceitos e de ideias que, em outros ambientes, seriam censuradas como "politicamente incorretas".

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/263039-6

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/04/2015 - CUT

1º de Maio é dia de defender os direitos trabalhistas

Presidente nacional da CUT, Vagner Freitas aponta que data será primeiro passo para construir bloco de esquerda

A celebração deste 1º de Maio acontece em uma conjuntura bem diferente dos últimos anos, desta vez, com a classe trabalhadora sob ataques sem precedentes aos direitos trabalhistas.

No Legislativo, a recente aprovação do Projeto de Lei 4330 pela Câmara dos Deputados, amplia a terceirização para todos os setores da empresa e rebaixa salários, direitos e conquistas.

No Executivo, as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que dificultam o acesso a abono salarial, seguro-desemprego e auxílio doença.

Presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, ressalta que a resposta a qualquer tentativa de retrocesso será a formação de um grande bloco de esquerda encabeçado pelo movimento sindical e que terá também os movimentos sociais e partidos que comunguem com a defesa da democracia, da Petrobrás e não aceitem o financiamento empresarial de campanha.

Em entrevista, o dirigente ressalta ainda que o Dia do Trabalhador é mais uma página em uma agenda de lutas nacionais como as que ocorrem em 13 de março e 15 de abril e que não têm hora para acabar. "A direita conservadora tentará trazer o retrocesso ao país e conseguirá, se não fizermos enfrentamento", alerta.

Qual a diferença deste 1º de Maio para os de anos anteriores?

Vagner Freitas – Esse 1º de Maio acontece num contexto histórico em que a direita procura avançar numa visão conservadora de sociedade, preconceituosa, machista e que não leva em conta o direito das minorias e dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, vemos o PL 4330, que significa rasgar a CLT, acabar com as férias, com a carteira de trabalho e transformar o trabalhador em alguém precarizado, que ganha menos e trabalhando mais. Por isso, o 1º de Maio será um marco da luta e da resistência dos trabalhadores para fazer o enfrentamento nas ruas contra esse projeto que unifica toda a esquerda e o movimento sindical numa batalha para não acabar com carteira assinada. No mesmo sentido, de resistência à retirada de direitos, também nos colocamos contra as MPs 664 e 665, porque retiram direitos de pensionistas, de companheiros que trabalharam e precisam do seguro-desemprego. Uma medida inoportuna, atabalhoada e que deveria ser discutida antes em um Fórum Nacional da Previdência Social.

O Congresso, que aprovou o PL 4330, também será lembrado nas manifestações desta sexta?

Vagner – Certamente. Será uma oportunidade para conversar com mais pessoas sobre o papel que assume esse Congresso conservador, financiado pelos empresários e que além de retirar os direitos trabalhistas, quer emperrar o processo de construção de uma sociedade plural que estamos construindo. Não só em relação aos direitos trabalhistas, mas também contra conquistas como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com a redução da maioridade penal, com ataques a medidas contra a homofobia. Este 1º de Maio será um grito pela liberdade, pela democracia e pela construção de uma sociedade menos desigual. Para isso precisamos de uma reforma política com o fim do financiamento empresarial de campanha, precisamos da regulação dos meios de comunicação para que tenhamos democracia e pluralidade, para que avancem pautas trabalhistas como a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a regulamentação do direito de greve e negociação no serviço público, a reforma agrária. Tudo isso depende do Congresso.

Especialmente em São Paulo, o Dia do Trabalhador terá um caráter mais popular, com artistas mais engajados e uma marcha que antecederá o ato político. Por que mudou o formato?

Vagner – O 1º de Maio deste ano é parte de uma agenda de mobilizações e têm como objetivo sair pelo Brasil cantando nossas palavras de ordem e chamando à batalha os trabalhadores que não tem outra saída a não ser defender de maneira unificada seus direitos. Fundamentalmente é uma demonstração de luta e de organização com reivindicações claras, de maneira forte, clara, porque o momento é de luta. A CUT nunca perdeu suas origens, mas esse Dia do Trabalhador é diferente porque está numa conjuntura pior do que nos últimos anos. Temos o avanço de uma política conservadora que tenta consolidar a agenda negativa mesmo após elegermos uma presidenta com o compromisso social e popular. O 1º de Maio dialoga com a conjuntura que vivemos e tem a cara da CUT, que luta e adapta essa luta aos desafios que a conjuntura apresenta.

A edição deste Dia do Trabalhador também terá mais entidades ao lado da Central. A conjuntura abre possibilidades da formação de um amplo bloco de esquerda?

Vagner – O 1º de Maio será um marco inicial para unificação da esquerda brasileira, da construção de um bloco da esquerda que leve em conta sindicatos, movimentos sociais e até partidos políticos que tenham em comum o interesse da defesa da classe trabalhadora, da liberdade e da democracia. A direita conservadora tentará trazer o retrocesso ao país e conseguirá, se não fizermos enfrentamento. Esse bloco dará a condição para fazermos o combate e impedir ataques aos nossos direitos.

27/04/2015 - Agência Brasil

Líder do governo diz que pacote de R$ 150 bilhões vai reforçar recuperação do país

Segundo deputado José Guimarães, Executivo deve anunciar verbas que serão destinadas a investimentos em projetos de concessão de aeroportos, rodovias e ferrovias

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse hoje (27), após reunião com lideranças da Casa, que o Executivo deve anunciar nas próximas semanas um pacote de infraestrutura cujo valor deve chegar a R$ 150 bilhões. Ele não especificou data.

Guimarães comentou a reunião ministerial de sábado (25) e disse que "foi estratégica para reforçar a recuperação do país". A presidenta se reuniu com 13 de seus ministros, além de representantes da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES para discutir o pacote, entre outros temas.

Segundo o líder, os R$ 150 bilhões são "um grandioso pacote de infraestrutura, uma injeção fundamental para retomar o crescimento da economia, ampliar os empregos e resolver o gargalo da infraestrutura nacional".

O valor será investido em projetos de concessão de aeroportos, rodovias e ferrovias. Guimarães disse também que todas as empreiteiras poderão participar, mas que, no caso das empresas envolvidas na Operação Lava Jato, o governo seguirá as recomendações da Controladoria Geral da União, da Advocacia Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/04/2015 - Carta Maior

Projetos do Banco Mundial desalojaram 3,4 milhões desde 2004

Em contraste com as "missões para dar fim à pobreza", novo relatório mostra legado destrutivo dos projetos do Banco Mundial ao redor do planeta.

O Banco Mundial regularmente quebra sua promessa de proteger os direitos indígenas ao financiar projetos que deslocam ou ameaçam as populações mais vulneráveis no planeta, de acordo com nova investigação.

Despejados e Abandonados, relatório conjunto publicado na quinta-feira pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) e muitos outros veículos, descobriu que uma série de projetos financiados pelo Banco Mundial – incluindo represas e usinas de energia – expulsaram 3.4 milhões de pessoas de suas casas ou terras ao redor do mundo desde 2004.

ICIJ revisou mais de 6.000 documentos do Banco Mundial, entrevistou atuais e ex-empregados e representantes de governos que estiveram envolvidos nos projetos financiados pelo Banco e descobriu que, em muitos casos, o Banco Mundial violou suas próprias políticas internas e ignorou despejos causados pelos seus projetos. A organização também não fez nada para garantir a segurança ou bem-estar dos deslocados, em muitos casos não fornecendo novas moradias ou perspectivas de emprego, como solicitados.

"Freqüentemente não havia intenção por parte dos governos de cumprir – e não havia intenção por parte das gerências dos bancos de fazê-los cumprir," disse Navin Raj, um ex-representante do Banco Mundial que foi responsável pela proteção indígena da organização de 2000 a 2012. "Era como o jogo acontecia."

Entre 2009 e 2013, os credores do Grupo Banco Mundial investiram $50 bilhões de dólares em projetos – como dutos de petróleo, minas e represas – que eram mais inclinados a terem impactos sociais ou climáticos "irreversíveis ou sem precedentes," como deslocamentos físicos ou econômicos, os quais já provaram "destruir redes de contatos chave e aumentar riscos de doenças e patologias," de acordo com o relatório.

"Populações deslocadas estão mais inclinadas a sofrer com o desemprego e fome. As taxas de mortalidade são maiores," declara o relatório. Além disso, o Banco Mundial junto do setor privado apoiou financeiramente regimes e companhias que foram acusados de violações aos direitos humanos incluindo estupro, assassinato e tortura. Em alguns casos, os credores continuavam a financiar as operações mesmo depois da aparição de evidências de tais abusos.

Na Etiópia, uma iniciativa que era focada na saúde e educação levou a apropriações ilegais de terra as quais envolveram violentos despejos em massa. As autoridades no local desviaram milhões de dólares de um projeto do Banco Mundial para financiar esses deslocamentos forçados e, em 2011, soldados que foram responsáveis por dar continuidade aos despejos mataram ao menos sete pessoas e visaram camponeses para espancamentos e estupros, de acordo com o relatório.

O Painel de Inspeção do Banco Mundial descobriu que a organização falhou ao reconhecer um "link operacional" entre a iniciativa na Etiópia e a campanha de despejo em massa – uma supervisão que violou as próprias regras do Banco Mundial.

Na Nigéria, um projeto fundado pelo Banco para melhorar o suprimento de água, estradas e energia em Lagos resultou no despejo de quase 2,000 moradores de favelas em Badia Oriental. Depois de os moradores de Badia alertarem o painel de inspeção, a presidenta da comissão Eimi Watanabe se recusou a abrir uma investigação. Em vez disso, mandou que negociassem com o governo estadual de Lagos, o qual cedeu algumas quantias de dinheiro como compensação. O painel então fechou o caso por causa do "progresso feito e da provisão rápida de compensação ao povo deslocado".

Através de projetos nesses países e Albânia, Brasil, Honduras, Gana, Guatemala, índia, Quênia, Kosovo, Peru, Sérvia, Sudão do Sul e Uganda, o Banco Mundial "falhou em proteger pessoas deslocadas em nome do progresso", afirma o relatório.

"Nesses países e outro", a investigação conclui, "os bancos prejudicaram moradores de favelas urbanas, agricultores, pescadores empobrecidos, moradores de florestas e grupos indígenas – deixando-os para que lutem por suas moradias, terras e modos de vida, algumas vezes com intimidação e violência," diz o relatório.

Em carta conjunta ao Banco Mundial publicada na quarta-feira, 85 ONGs alertaram a organização a abordar as "inúmeras falhas do sistema de garantias" e resolver "suas falhas fundamentais profundas, identificando as pessoas que foram deslocadas pelos projetos financiados pelos bancos e fornecendo a eles opções de desenvolvimento sustentáveis por meio de uma série de projetos novos".

Dentre os signatários está o Humans Right Watch, Oxfam International e a Fundação de Lei Africana, assim como Raquel Rolnik.

As descobertas do relatório são "profundamente perturbadoras," diz a carta. "Enquanto é importante que a revisão de projetos financiados pelo Banco tenha sido publicada, a falta de transparência demonstrada pelo banco em referência às descobertas do relatório – por 3 anos no caso da parte 1 e 9 meses no caso da parte 2 – é inaceitável para uma instituição pública".

29/04/2015 - Carta Capital

'Com terceirização, Brasil volta a concentrar renda'

Para presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, PL 4330 vai proteger os ganhos dos empresários à custa da informalidade

Depois de 20 anos, a desigualdade de renda no Brasil voltou a aumentar em 2013. A informação, do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), indicava que a variação do índice interrompeu a redução das diferenças de renda que marcaram principalmente os primeiros anos do PT no Palácio do Planalto.

À época atribuído à crise econômica mundial, a diferença de renda entre ricos e pobres voltará a ser regra nos próximos anos com a aprovação do Projeto de Lei 4330/04, que autoriza a terceirização de todas as atividades de uma empresa, diagnostica Rafael Marques, presidente do sindicato mais tradicional do Brasil, o dos Metalúrgicos do ABC.

Depois de uma era de programas sociais, como o Bolsa Família, e aumento real do mínimo, o 4330 deve "achatar salário, aumentar a jornada, diminuir o tempo no emprego" em favor da segurança financeira do empresariado. "É o retorno do Brasil à concentração de riquezas", diz ele em entrevista a CartaCapital.

Para o líder trabalhista, o PT "descuidou" de seus candidatos de base social nas últimas eleições, enfraquecendo a bancada sindical, hoje com 32 parlamentares a menos. A esperança está depositada no veto da presidenta Dilma Rousseff, que permanece sem dialogar com o movimento sindical. Mas, e se ela não vetar? "Aí o desencanto será grande."

Leia a entrevista:

CartaCapital: O que o senhor achou da aprovação do PL 4330/04 pela Câmara dos Deputados?

Rafael Marques: Um desastre. A gente vem lutando há muito tempo para o Brasil começar a distribuir renda. Criou-se o Fies, o ProUni, a valorização do salário mínimo. As terceirizações marcam o retorno do Brasil à concentração de riquezas. O BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] agora só financia grandes projetos.

É uma paulada que mais uma vez concentra as riquezas para os patrões enquanto achata salário, aumenta a jornada, diminui o tempo no emprego, aumenta a insegurança no ambiente de trabalho. A terceirização para qualquer atividade é uma porrada justamente em um momento em que o Brasil precisa sair da crise, fazer a economia crescer. A crise é uma péssima conselheira. Não podemos nos nivelar ao México, à Índia, onde há terceirização. Esses não podem ser nossos exemplos.

CC: Qual será os reflexos da lei para os metalúrgicos do ABC?

RM: Hoje a terceirização atinge setores como vigilância, manutenção predial, estacionamento. Mas a negociação é conosco. Só terceriza depois de negociar com o sindicato. Mesmo assim, há um nível enorme de diferença em relação aos efetivos. Essas empresas não indenizam seus funcionários, mesmo tendo negociado...

Mas, se o projeto for aprovado, vamos resistir. Aqui há uma rara capacidade de luta. Ninguém vai chegar dizendo "vou terceirizar e acabou". Se não conseguirem terceirizar na Ford de São Bernardo, na fábrica de Camaçari [Bahia] pode ser que consigam. A resistência aqui vai existir, mas no médio e longo prazo, será uma pressão gigantesca sobre nós porque haverá rápida adesão onde os sindicatos são mais frágeis.

CC: Quais as consequências para os trabalhadores representados por sindicatos fracos?

RM: Ali a empresa vai tomar conta. Vai decidir tudo e implementar. Vamos assistir em prazo breve o recrudescimento de avanços implantados no Brasil a duras penas. Primeiro haverá queda de salário, depois aumento de jornada.

CC: O Diap [Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar] culpa os partidos de esquerda por privilegiarem os candidatos da máquina pública nas últimas eleições em detrimento daqueles com origem em movimentos sociais. O senhor concorda?

RM: Houve descuido. Nós metalúrgicos sempre batalhamos por nossos candidatos, mas categorias como educação e saúde não elegeram muitos representantes. É preciso um balanço interno, porque os partidos de esquerda não olharam para essas figuras.

A sociedade escolheu um Congresso pronto para fazer barbaridades. Esse Congresso não olha para o futuro. Ele fatia seus interesses imediatos entre religiosos, ruralistas, empresários e bancada da bala. Eu disse ao PT: o partido precisa falar das terceirizações na televisão, mas vai ter inserção e acho que o partido não vai tocar no assunto.

CC: No Congresso, são 60 parlamentares trabalhistas contra 251 da bancada patronal. Por que trabalhador vota em empresário?

RM: Os candidatos da direita têm uma capacidade econômica muito forte. Não acho que o trabalhador comum tenha votado em empresário. Ele votou no cara da igreja, no cara que fala sobre violência. Não ficou claro para o eleitor que esse candidato defende o empresário. Essa característica acabou camuflada por outras bandeiras.

CC: A presidenta Dilma não deveria ser mais contundente contra as terceirizações?

RM: Os movimentos sociais sentem a ausência dela em muitos temas, como a terceirização. Mas não acho que Dilma vá se meter em meio a esse cenário de crise política. Ela está em silêncio por causa dessa crise, que já ultrapassou todos os limites. Fazia tempo que a gente não via essa coisa de achaque, de toma lá da cá... Nós temos de fazer o nosso papel: criar as condições para pedir o veto colocando o bloco na rua. Há uma confiança de que a presidenta vai vetar.

CC: Se vetar, ela recupera apoio popular?

RM: É uma das coisas que podem ajudar. Ela também tem de sinalizar a retomada da economia, resolvendo a paralização da infraestrutura em razão da Operação Lava Jato, que comprometeu as empreiteiras. O ajuste das contas é natural, isso vai ajudar a recuperar a imagem dela e do Brasil.

CC: E se ela não vetar?

RM: Aí o desencanto será grande. Será enorme.

CC: Como está o diálogo da presidenta com o movimento sindical?

RM: Segue parecido com o ano passado. A edição das Medias Provisórias 664 e 665 não foi negociada, foi comunicada e isso não dá certo. As centrais passaram a exigir a retirada delas... O ambiente de conversa com ela ainda não destravou.

CC: Na opinião do senhor, o pleno emprego está ameaçado?

RM: O pleno emprego é uma realidade no Brasil. Estamos em patamares muito bons em relação ao resto do mundo. O desafio maior é na Indústria, mas acho que vamos sair da crise em 2016 preservando essa conquista. A tercerirização é que pode ameaçar, embora seu principal efeito seja ampliar o subemprego.

CC: Como o senhor avalia as políticas trabalhistas desde a reeleição da presidenta?

RM: Até agora, o balanço é positivo: foram mais de 38 medidas favoráveis ao trabalhador de 2011 para cá. Ela não fez tudo que a gente gostaria, mas o balanço ainda é positivo e a terceirização ainda pode ser vetada.